

Repensando a conservação e o papel das reservas técnicas: o diálogo entre os museus, os objetos e a sociedade

Rethinking conservation and technical stores: the dialogue between museums, objects and society

Christiane Sofhia Godinho Santos*
Bianca Cristina Ribeiro Vicente**
João Vitor Correa Diniz***

Resumo: Objetos de museus, museália, semióforos, seja qual for a terminologia utilizada, são reunidos em coleções museológicas que abrigam memórias, são testemunhos materiais de recortes das realidades vividas no passado e no presente. Dentro dos museus, esses objetos são submetidos à musealização e, nesse processo, a maioria deles está guardada em reservas técnicas, espaços elaborados no intuito de preservar cada fragmento recuperado com ações permanentes, em vistas ao prolongamento da vida útil dos mesmos. Assim, este artigo tem, como objetivo, discutir os espaços das reservas técnicas, a partir do viés da memória e de seu propósito de salvaguarda, evidenciando a necessidade de efetivação da relação entre sociedade e patrimônio, pautados na experiência dos autores na área da Museologia e da conservação de acervos. Discute-se acerca da responsabilidade do museu em manter uma dialética da memória inerente aos objetos e toma como referência o Museu Paraense Emílio Goeldi, pelo pioneirismo na construção de um espaço de salvaguarda aberto à visitação e pelas ações de diálogo entre público e acervo.

Palavras-chave: Reserva técnica. Memória. Objeto. Musealização.

Abstract: Objects from museums, musealias, semiophores, whatever the terminology used, are gathered in museological collections that shelter memories, they are material testimonies of clippings of realities lived in the past and present. Within museums these objects are subjected to musealization and in this process most of them are kept in storage room, spaces created to preserve each recovered fragment with permanent actions aimed at prolonging their useful life. Thus, this article aims to analyse the spaces of storage room, from the memory bias and its purpose of safeguarding, highlighting the need to effect the relationship between society and heritage, based on the experience of the authors in the area of Museology and conservation of collections. It discusses the museum's responsibility to maintain a dialectic of memory inherent to the objects and takes as a reference the Museu Paraense Emílio Goeldi, for its pioneering spirit in the construction of a safe space open to visitation and for the actions of dialogue between the public and the collection.

Key-words: Technical storage. Memory. Object. Musealization.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA. Mestre em Artes pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Museologia pela UFPA. Assistente Técnica no Centro de Cultura e Turismo do Sesc - PA. Trabalhou na direção do Museu de Arte de Belém - MABE entre 2021/2022. Exerceu de 2019 a 2021 o cargo de Professora Substituta de Comunicação e Salvaguarda no curso de Bacharelado em Museologia da UFPA. Atuou como Vice-Presidente do Conselho Regional de Museologia 6ª Região (COREM 6R) de 2016 a 2018. Exerceu de 2014 a 2016 o cargo de Professora Substituta de Teoria e Prática Museológica no curso de Bacharelado em Museologia na UFPA. christianegsantos@gmail.com

** Mestre em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais. É Museóloga formada pela UFPA. Tem experiência como professora colaboradora no curso de licenciatura em Artes Visuais do PARFOR/UFPA. Atualmente trabalha como bolsista PCI na coordenação de Museologia do Museu Paraense Emílio Goeldi. biancacrstinarv@gmail.com

*** Bacharel em Museologia. Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia. É Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação pela UFPA. É Professor substituto de teoria e prática museológica. Atualmente coordena o setor de Documentação e Pesquisa, do Sistema Integrado de museus e Memoriais do estado do Pará. joaovitorcorrea@gmail.com

Introdução

A patrimonialização¹ é uma prática que se tornou recorrente na virada do século² e tem fomentado os estudos acerca da cultura material, seja em pesquisas voltadas a questões identitárias, subjetividades, processos políticos ou na estruturação de discussões sobre a revitalização e conservação de memórias coletivas (SILVA, 2011). Ao abranger o alcance dos patrimônios e a sua inserção no contexto da cultura material, podemos entender a importância dos vestígios culturais como fontes documentais para pesquisas e levantamentos históricos (RAMOS, 2012).

Sendo assim, compreende-se a relevância da cultura material não só seu âmbito artístico e intelectual – como a possibilidade das pessoas se identificarem com elementos simbólicos ao longo dos tempos – mas também fundamentado nas relações entre os sujeitos e os objetos culturais (Idem, 2012). Para entendermos qualquer forma de vida, social ou cultural, inserem-se os usos individuais ou coletivos dos objetos, ao entendermos que os mesmos não são significativos apenas pela sua utilidade funcional, mas também por sua carga simbólica (GONÇALVES, 2007) e é desta cultura material que se fará a composição do patrimônio histórico e cultural de uma sociedade (RAMOS, 2012).

Todavia, nem todos os sujeitos sociais inseridos num sistema de referenciais culturais conseguem dar conta de tantos registros (teóricos e empíricos) feitos na sociedade. Dessa forma, são os suportes técnicos e as instituições de memória³ que permitem os seus registros e a sua salvaguarda, tendo aqui, como ponto de referência, os museus.

Dentro dos espaços de memória, contudo, não há, na maioria das vezes, condições de expor todos os objetos acumulados, sendo estes armazenados em áreas de salvaguarda, chamados de Reservas Técnicas (RTs). Dada a dinâmica de cuidados relativos à proteção física dos objetos materiais que acontece nestes ambientes, estes locais se tornam restritos ao ponto que muitas das informações e conteúdos produzidos ficam limitados aos profissionais que trabalham diretamente com esses bens ou aqueles que pelo estudo acadêmico acabam buscando-os como base de pesquisa, sendo desconhecidos em sua maior parte da sociedade em geral.

¹ Ação de atribuir valor de patrimônio a um bem tangível ou intangível.

²Nesse período, Abreu (2015) destaca que as ações da UNESCO se voltaram para a salvaguarda das culturas tradicionais e populares, ampliando o leque de bens patrimoniais reconhecidos pelas instituições. Assim, procurou-se estimular legitimações globais de identificação, preservação e difusão de valores patrimoniais diversos.

³ Museus, Bibliotecas, Repositórios, Arquivos, Centros de Documentação, entre outras.

Essa permanência ou não de acervos museológicos se dá assim numa relação direta com a memória e a existência da humanidade e no diálogo estabelecido para com a sociedade. Tudo que acontece fora das instituições de memória, relacionados às dinâmicas socioculturais, dão sentido ao que se realiza dentro dos museus, ou seja, o lugar de memória está prioritariamente fora e deve se refletir daí na construção do museu.

Pautado nestas discussões, este trabalho não se apresenta como resultado de uma pesquisa, e sim, baseado nas reflexões a partir das experiências vivenciadas na prática museológica de seus autores, que, ao vivenciarem a formação em Museologia na Universidade Federal do Pará - UFPA (com entrada no curso em 2010, 2012 e 2014, respectivamente na ordem de autoria), estiveram inseridos em pesquisas em espaços de salvaguarda de acervos no contexto amazônico ou com pesquisas relativas à manutenção e à permanência de bens patrimoniais.

Sendo assim, este artigo se dá por meio de perspectivas teóricas, analisando criticamente como ocorrem essas relações entre as reservas técnicas, representando as instituições, como locais de salvaguarda da memória coletiva; os patrimônios, como representações de referenciais culturais de uma sociedade; e a possibilidade de acesso desses espaços ao público, a fim de propor um diálogo entre a informação produzida e a sociedade.

Com isso, ponderando acerca dos espaços de memória da cidade de Belém, área de atuação dos autores, será trazida, como exemplo, a Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, que abriga o acervo de arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e que hoje funciona como uma reserva técnica visitável, espaço pertinente na discussão deste texto. O Museu Goeldi - que foi base de pesquisa durante a graduação e mestrado da primeira e segunda autora - desde a sua fundação, tem ações pioneiras na região no diálogo do público para com os acervos, com diferentes atividades, sejam elas no seu Parque Zoobotânico (no centro da cidade de Belém), na Estação Científica Ferreira Penna (na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará), ou no Campus de Pesquisa (região periférica de Belém).

1. Sobre patrimônio, museus e memória

No presente item, pretende-se estabelecer as bases conceituais para o debate sobre memória, suas ramificações e sua ligação com o patrimônio e a sociedade, utilizando de perspectivas interdisciplinares para a construção dos apontamentos

feitos na introdução. Inicia-se o pensamento a partir de Pierre Nora (1993), que afirma que vivemos em um período de aceleração da história, que aumenta a produção de um passado morto, a mundialização, a midiatização e a massificação tem causado o fim da sociedade-memória, ao passo que, “á medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história” (p. 15).

É no ato de não esquecer o “oficial” ou permitir uma cultura da amnésia que se estabelece a cultura da memória, “do apagamento do passado, que caracteriza nossa sociedade globalizada pós-industrial” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 39). Contudo, os processos de memória não devem ser entendidos como comumente são, apenas como rememoração de lacunas passadas, como mecanismo de preenchimento, mas como o próprio espaço vazio, reconstituído através de falhas, de ausências. Torna-se, então, recorrente o acúmulo de vestígios, de testemunhos, de manter uma continuidade para impedir as rupturas, já que a memória não está contida apenas nas pessoas, mas nas coisas materializadas que são guardadas.

No cenário brasileiro, as preocupações quanto aos bens patrimoniais são uma das formas mais emblemáticas de manutenção da memória, considerando que o país “possui um rico e diversificado patrimônio histórico, artístico e cultural, espalhado por quase todo território nacional” (DOMINGUES SILVA, 2010, p. 41). Essa diversidade está imbricada na vivência e na memória, mas também deve ser contemplada nos acervos e nos patrimônios institucionalizados.

Esse processo de constante rememoração do passado e de acúmulo de vestígios fez com que os museus concentrassem um número muito vasto de objetos materiais. O objeto é retirado, assim, de seu universo específico (seja física ou conceitualmente) e, de forma holística, cada peça passa por tratamentos específicos, são avaliadas, acondicionadas, suas informações são extraídas por meio de estudos, também são feitos registros de documentação e, posteriormente, sua inserção no contexto artificial do museu, atribuindo a este uma nova significância (MAROEVIC, 1998). A essa ação chamamos de musealização⁴. Os objetos musealizados não só representam uma presença, uma materialidade, mas a ausência do próprio fato, pois

⁴Entende-se aqui a musealização como um processo sequente à patrimonialização, ou seja, compreende-se o registro cultural como patrimônio cultural e, daí, transfere-se a sua salvaguarda aos espaços museológicos, tratando-os através das ações de documentação, de registro, de salvaguarda e de todas as outras que envolvem a instituição museu.

eles não são o passado, eles “operam na relação simbólica entre algo que se vê, e algo que se deseja ver, mas que está ausente” (SOARES, 2012).

Muitas vezes, a limitação de espaços voltados à exposição dos acervos dificulta o acesso ao material, neste contexto, as reservas técnicas foram elaboradas no intuito de permanência desses objetos, reduzindo também a necessidade de um número vasto de acervos em exposição permanente. As reservas técnicas, como espaços necessários aos museus, estão ligadas diretamente ao manuseio e armazenamento das peças que entram na instituição, apesar disso, ainda são percebidas, constantemente, como meros depósitos. Por terem sua ação ligada diretamente ao manejo com as coleções podem parecer, por exemplo, complementos de laboratórios ou depósitos museográficos, tornando-se até pouco favoráveis ao que se propõem à salvaguarda do patrimônio.

As políticas⁵ de gestão de acervo, estabelecidas nas instituições museológicas, rotineiramente, restringem o contato do público com estes ambientes de salvaguarda como uma medida protetiva, ademais, essas mesmas políticas, por vezes, tornam os objetos musealizados inacessíveis ao público. Por isso, há necessidade de compreender quais são os limites que separam a sociedade dos objetos (deslocados e reposicionados em seus meios sociais) – principalmente, nos espaços de reserva técnica, onde as ações de preparo informacional e físico são executadas prioritariamente - considerando o papel fundamental do museu como um difusor de conhecimentos da memória social (GUARNIERI, 1983; PADILHA, 2014).

Uma questão que permeia a relação entre RTs, público e patrimônios se dá por práticas colonialistas de instituições que deveriam ser lugares de memória⁶ (pública, acessível), mas se mantêm com perfis de gabinetes de curiosidades, depositários de objetos que não conseguem falar ao sujeito, desprovidos de lembrança e de história (POSSAS, 2005). Apontam-se, constantemente, entre os profissionais de museus, a falta de recursos como o responsável pela dificuldade de fundamentação deste diálogo, contudo Mesquita (2012) afirma que o que parece de fato acontecer é a falta de compreensão do propósito de tais instituições na permanência do patrimônio cultural.

⁵ Sobre política de gestão do acervo, Padilha (2014, p.24) pontua “Em cada museu, a autoridade de tutela deve adotar e tornar público um documento relativo à política de aquisição, proteção e utilização de acervos. Esta política deve esclarecer a situação dos objetos que não serão catalogados, preservados ou expostos”.

⁶Entendendo que tal conceito abordado por Pierre Nora (1993) prevê três sentidos em graus diferentes: o simbólico, onde a memória se revela e se expressa; o material, onde se estabelece e pode ser apreendida pelos sentidos; e, o funcional, porque alicerça memórias coletivas.

Após um marco de debate teórico e prático sobre os museus, ocorrido na mesa redonda de Santiago do Chile, em 1972, o ICOM (Conselho Internacional de Museus) sugeriu que estes estabelecessem uma dialética da memória inerente aos objetos, respeitando a pluralidade de perspectivas que o público atribui a estes. Assim, desconsiderar a relação objeto, contexto e indivíduos seriam um reforço da falta de comunicação entre os museus e seu público (GUARNIERI, 1990).

Essa relação é bem evidente quando se trata dos objetos em exposição, mas o que nos traz aqui é a questão relativa à permanência constante dos objetos que não se comunicam com o público e se mantêm em ambientes de salvaguarda. Esta relação ausente retiraria dos mesmos a memória e a história que estes carregam?

2. Os espaços de reserva técnica e o patrimônio cultural material

Considerada a missão dos espaços museológicos, como ambiente de salvaguarda do patrimônio cultural de uma sociedade e as dinâmicas de gestão e permanência destes bens, as Reservas Técnicas são os locais destinados à realização da manutenção dos acervos – registro, documentação, conservação e salvaguarda -, com o intuito de prolongamento da vida útil do objeto e da informação agregada. Contudo, mesmo com séculos de construções dos espaços museais, ainda hoje, há aqueles que não só não são contemplados com tais áreas, como não entendem a real relevância de sua existência, condicionando a sua realidade a meros depósitos da cultura material da sociedade em que estão inseridos.

O crescimento dos acervos é, muitas vezes, exponencial, contudo não são acompanhados de uma estrutura física e de gestão condizentes com as suas necessidades, assim, acumulam-se diversos tipos materiais num mesmo espaço, a fim de não se perder os registros de memória. Na dualidade da relação dos museus com as RTs, estas podem chegar a abrigar até 95% dos objetos materiais que compõem os acervos de um museu (MIRABILE, 2010).

Não podemos esquecer que a gênese dos museus vem de uma lógica ocidental europeia, de uma época colecionista, que tinha como propósito a guarda e a conservação dentro de uma perspectiva individualista e acumuladora. E, assim, como a construção destas instituições partiu de um pensamento hegemônico de sobreposição de interesse, as práticas conservacionistas, que regem os espaços de salvaguarda – especialmente, as ações de conservação preventiva, como expoente das medidas de preservação dentro dos museus – foram consideradas como uma

realidade global sem muitas vezes ponderar as especificidades geográficas e históricas do contexto no qual os objetos musealizados estão inseridos.

Assim, enquanto discutem-se as mudanças no planeta, à prática de conservação nos museus agarra-se à permanência intocada de seus objetos, do prosseguimento de rotinas colonizadas de sacralidade e de glorificação, fruto de uma construção de discurso distante da realidade que se proponha a pensar os diferentes contextos geográficos e as mudanças na sociedade. Contudo, não se pode negar que, apesar de um movimento tímido, já há instituições abertas à revisão de suas práticas, ampliando a percepção das mudanças globais, “há um reconhecimento entre os profissionais dos museus pelo mundo fora de que os museus não têm suprido as necessidades das comunidades diversas e que devem operar profundas mudanças nas suas filosofias e atividades, se querem passar a fazê-lo (SIMPSON, 1996, p. 1 *apud* RIBEIRO, 2016, p. 101).

Tal entendimento evidencia que atuar em prol da acessibilidade do público aos acervos não desfaz as normas e as leis estabelecidas oficialmente, com relação à conservação dos bens materiais, apenas requer que os gestores desses bens estabeleçam parâmetros adequados que tornem possível uma relação saudável entre o público, o museu e os objetos que representam sua identidade cultural.

Poulot (2013) faz referência aos museus franceses, pois há uma preocupação acerca das obras não expostas, trazendo o viés da democratização ao acesso, demanda vinculada à crescente exigência da exposição e, com isso, o questionamento acerca dos objetos presentes em reservas fechadas. Tais problemáticas expõem a necessidade da estruturação por parte das instituições museológicas, não só nas relações com os objetos, mas com os espaços de salvaguarda, como por exemplo, a implementação de políticas para reservas técnicas visitáveis.

Nesse sentido, um estudo realizado por Oliveira e Gruzman (2019) elencou museus nacionais e internacionais que promovem o acesso, de alguma forma, às suas reservas técnicas, mostrando não ser uma iniciativa isolada, ainda que relativamente incipiente. Os discursos a favor do estabelecimento da democratização do acesso às reservas técnicas que tornem a visita destes espaços disponíveis entram em conflito com a abertura a um público externo não especialista, e expõe os receios da conservação física do patrimônio, visto que o contato com os objetos traz riscos aos mesmos e nos impele a outra dicotomia entre guardar para a posteridade ou mostrar, aceitando sua durabilidade (OLIVEIRA; GUZMAN, 2019).

Antônio Mirabile (2010), em seu texto “*A reserva técnica também é museu*”, trata, de maneira sucinta, a necessidade de repensarmos que “espaço de salvaguarda é este?”. Apesar de estar voltado às práticas de conservação preventiva, o autor aponta a importância de tal ambiente para a instituição museológica e os acervos em si, entendendo que “as reservas, assim como os espaços de exposição, são partes do museu e não devem ser consideradas como espaço secundário, muito menos serem projetadas como os bastidores de um palco principal” (MIRABILE, 2010, p. 4).

Entende-se, aqui, que apesar de não se (re) trabalhar os seus sentidos, os objetos salvaguardados em reservas técnicas têm tanta memória quanto aqueles expostos, visto que permanecem, ainda que em silêncio à sociedade, em constantes pesquisas e ressignificações. Por vezes, tamanha a importância da memória que detêm, que a sua permanência requer cuidados que a constante exposição não lhe permite manter. O que acontece é que tais objetos de memória são vistos por outros meios, apesar de não serem vistos com frequência, são de grande relevância, pois, mantém ativa as ações de pesquisa e de divulgação, e continuam sendo suportes de memória. O que pode diferenciar – à primeira vista – estes exemplares dos objetos expostos são o contato físico, não o tocar, mas a experiência do diálogo e de percebê-los enquanto algo bi/tridimensional e assim afirmá-los como reais devido às constantes trocas com seu meio.

O acesso, ainda que parcial, aos objetos coletados ou mesmo das coisas tornadas objetos que adentram a reserva técnica, não desfaz a importância destes ambientes. Apesar das RTs serem vistas e inseridas em uma perspectiva objetiva, há muita subjetividade em seu ambiente de trabalho, cada funcionário (a) coopera para o desenvolvimento da memória das peças. Se desconsiderarmos que cada atividade desenvolvida, em uma instância social, perpassa por mentes humanas e da reserva técnica inserida nesta classificação, estar-se-ia ignorando a função dos museus (FONTANELLI, 2005).

A partir da ampliação das discussões acerca do papel social e educativo dos museus, refletido mais recentemente na reelaboração por parte do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em conjunto com diferentes órgãos pelo mundo – aqui, no Brasil, com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o ICOM-Brasil, o curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Cultura do Distrito Federal – da definição de museus, evidenciou-se a proporção que tais instituições têm ganhado para a sociedade. Oliveira e Gruzman (2019) levantam que:

A ampliação da participação social, a reivindicação pela inclusão de narrativas e memórias até então ausentes, o engajamento das instituições em questões políticas, econômicas e sociais; a criação de novos tipos de museus, a renovação das antigas instituições e a maior preocupação com o envolvimento dos visitantes são alguns dos temas que ganharam mais espaço nesse momento, presentes em fóruns internacionais e nacionais promovidos por profissionais do campo museal (OLIVEIRA; GRUZMAN, 2019, p.3).

No Brasil, apesar de um movimento ainda muito tímido, já há algumas instituições que têm investido nesta nova conexão do público com os acervos museológicos na prática da visita aos ambientes de salvaguarda, como o Museu Imperial, o Museu do Açude, o Museu Dom João VI, o Museu de Arqueologia e Etnologia/USP (OLIVEIRA; GRUZMAN, 2019, p. 6) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI), que tornaram seus espaços mais acessíveis, ampliando o contato com os numerosos acervos anteriormente não vistos. Além destes, que se concentram na região sudeste do Brasil, há outros espaços museológicos que buscam se desenvolver, acompanhando as discussões pertinentes ao fazer museológico e que também é necessário serem evidenciados para a ampliação da visão das particularidades dos museus e da diversidade de realidades do Brasil.

4. Um exemplo na realidade paraense

Dentro do cenário nortista, na cidade de Belém do Pará, que, hoje, apresenta uma quantidade significativa de museus, pensa-se na interação destes cenários entre os objetos não expostos e a sociedade. Numa breve caracterização da cidade, Belém foi construída pelos Portugueses no encontro de duas Baías, do Guamá e do Guajará no século XVII, sendo importante cenário nas disputas territoriais de dominação da Amazônia. Com uma população estimada em aproximadamente 1.506.420 habitantes⁷ têm ganhado visibilidade nacional como polo cultural, dadas a sua riqueza natural, história e tradições, que lhe rendeu, inclusive, o título de Cidade Criativa da Gastronomia⁸, cedido pela UNESCO em 2015 e renovado no ano de 2020.

No cenário museológico, de acordo com o Sistema Nacional de Museus, através do Mapa Cultural, são 33 instituições cadastradas, entre museus tradicionais, parques, espaços culturais e outros – públicos ou privados. Não há, contudo, um levantamento que englobe as características e dinâmicas desses espaços, o que nos impossibilita, neste texto, mensurar a quantidade de acervo abrigada nestes locais,

⁷ Dados do censo do IBGE de 2021.

⁸ Aqui, entendendo e reforçando a gastronomia como Patrimônio Cultural.

bem como a existência de ambientes de salvaguarda e a proporção de objetos que são expostos ou não.

Pode-se afirmar, porém, que, pensando nos espaços museológicos mais conhecidos da população belenense - sendo os museus do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM/SECULT) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) – e na vivência dos autores deste artigo nestes espaços, que mais da metade dos seus acervos são mantidos armazenados em RTs. Seja por questões financeiras - visto que estes são espaços públicos – ou pela falta de áreas expositivas, a população pouco conhece a dimensão patrimonial abrigada por estas instituições.

No site do SIMM⁹- tomado aqui numa breve descrição, dada a sua relevância no cenário local - descreve-se a sua constituição a partir de 1999, sendo hoje responsável pela gestão de nove museus e três memoriais, entre eles o Museu de Arte Sacra; Museu do Encontro; Museu do Marajó; Memorial Verônica Tembé; Memorial Amazônico da Navegação; entre outros, porém, não há publicização do total de objetos musealizados que fazem parte do acervo do Sistema.

Já o Museu Paraense Emílio Goeldi, com 155 anos de constituição e importante representante museológico na capital e região, abriga, atualmente, coleções científicas e didáticas que passam por exemplares de botânica, zoologia, arqueologia, etnografia, bibliográfica e arquivística, entre outros. São milhões de exemplares voltados ao estudo dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, descritos no site da instituição, de acordo com a tipologia de coleção.

Nesse cenário, o Museu Goeldi administra, hoje, três espaços expositivos em seu Parque Zoológico: o pavilhão de Exposições Domingos Soares Ferreira Penna, conhecido como Rocinha¹⁰, o Aquário Jacques Huber e, em breve, será aberto ao público o Centro de Exposição Eduardo Galvão. Além dos prédios, que são áreas fechadas, o próprio Parque é considerado um espaço expositivo. Esses espaços têm a possibilidade de dialogar não só com os milhares de objetos arqueológicos, paleontológicos; geológicos; zoológicos; entre outros, que, como agentes de informação, ampliaram a percepção da sociedade belenense sobre as dinâmicas amazônicas, mas que nem sempre têm como equiparar a necessidade comunicativa com a conservação.

O MPEG há pouco mais de um século e meio, atua como um difusor do conhecimento sobre a Amazônia, além de ser um espaço de educação e de lazer. Tal

⁹ <https://museus.pa.gov.br/>

¹⁰Atualmente, a Rocinha está fechada e será restaurada após avarias sofridas em janeiro de 2021.

instituição tem um grande valor na trajetória da ciência e da tecnologia brasileira, dada à riqueza e a relevância de seus acervos e os avanços científicos nas áreas de ciências naturais e humanas na Amazônia. As áreas de reserva técnica, onde está depositada a maior parte do patrimônio cultural móvel da instituição, são geridas diretamente pelos curadores subordinados a cada setor de coordenação e, aqui, considerada todas as discussões realizadas, trazemos como exemplo a Reserva Técnica Mário Ferreira Simões (RTMFS), que tem realizado estudos voltados a uma nova proposta de diálogo entre o objeto museológico e o público.

Com um amplo acervo arqueológico, as coleções que nela são abrigadas foram tombadas em 1940 pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e registradas no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Hoje, a mesma protege “mais de 3 mil objetos inteiros ou semi-inteiros e milhões de fragmentos cerâmicos e líticos, além de uma considerável quantidade de material ósseo, botânico e malacológico”¹¹. Lima e Barreto (2020) afirmam que são aproximadamente 4.100 objetos arqueológicos inteiros e ainda cerca de 1,5 milhões de fragmentos – estes dispostos em torno de 5 mil caixas no acervo.

Pensando na necessária reorganização das instituições museológicas na construção de novas políticas na gestão dos acervos, os gestores da RTMFS do MPEG estabeleceram o projeto “*Estudos de curadoria, conservação e socialização da coleção arqueológica do Museu Goeldi*”. Entendendo a necessidade do estabelecimento do bom acondicionamento dos objetos, visando a sua conservação, a afirmação de práticas de segurança, que permitam o prolongamento da vida útil dos mesmos e também, a precisão de extroversão da informação ao público, tornou-se tal ambiente uma reserva técnica visitável.

O projeto, que já vem sendo estruturado desde 2015-2016, com o uso de vitrines, armários e plataformas abertas para visualização dos objetos, propõe, então, que as mudanças que vêm sendo planejadas no espaço, facilitem a visitação do público e a comunicação dentro de um ambiente de salvaguarda anteriormente restrito¹², a criação, então, de um “programa curatorial integrado, que leve em consideração as funções primárias dos museus (preservar, pesquisar e comunicar), mas envolvendo, diretamente, as comunidades nesse processo” (LIMA; BARRETO, 2020, p. 46).

¹¹ Texto retirado do projeto “Estudos de curadoria, conservação e socialização da coleção arqueológica do Museu Goeldi” disponibilizado pela curadoria da RTMFS.

¹² No momento de elaboração deste texto, parte das atividades propostas estão paradas devido à pandemia de covid-19.

Além do projeto de reserva técnica visitável, o MPEG já desenvolve, desde 1985, o projeto Museu de Portas Abertas, que leva uma amostra dos acervos científicos para fora das reservas técnicas, no intuito de tornar acessível à informação produzida a partir dos patrimônios materiais salvaguardados, mas que também já levou, em grupos reduzidos, visitantes para dentro das RT's. Seja dentro dos espaços institucionais ou outras áreas itinerantes, o projeto, com 45 anos, é um exemplo importantíssimo que efetiva a missão da instituição e aproxima o conhecimento museológico da sociedade.

O trabalho, desenvolvido pelo MPEG, associado, assim, entre os gestores institucionais, curadores, conservadores e a sociedade evidencia o fortalecimento da missão das instituições museológicas e abre caminho para a percepção da sociedade sobre o seu patrimônio, bem como a conservação através do conhecimento adquirido no contato efetivado, possibilitando, ainda, as suas recontextualizações e ressignificações, como uma prática permanente nas discussões contemporâneas em espaços museológicos, como afirmam Lima e Barreto

[...] a ressignificação e potencialização dos acervos implica não só o seu compartilhamento, mas sobretudo a reconsideração das relações do museu com comunidades para as quais esses acervos importam, sob uma ótica decolonial, de forma colaborativa e inclusiva, fazendo com que o conhecimento gerado em torno de suas coleções seja de fato multivocal e plural (LIMA; BARRETO, 2020, p.52-53).

Essa prática relacional decolonial¹³, entre objeto e a sociedade, possibilita a produção de um conhecimento alternativo, que leve em consideração a existência de diferentes formas de ver e se relacionar com o objeto museológico, principalmente, aquele que está inserido em um contexto fora do cotidiano das relações público-museu. As práticas decoloniais devem também ser vinculadas à forma de ver os objetos museológicos e de tratá-los dentro da realidade da instituição a qual está inserido.

Retomando o que foi falado no início deste texto, a permanência e a conservação do patrimônio musealizado ainda é, contudo, amplamente focada na permanência física dos objetos materiais – aqui, não focamos nas discussões do imaterial, pela amplitude das contendas necessárias – que acaba pela sacralização dos objetos em um armazenamento contínuo, que o invisibiliza da comunidade e possibilita que se percam importantes exemplares culturais de diferentes povos que,

¹³Como decolonial, entende-se a oposição ao colonialismo, na quebra, no rompimento das estruturas de perpetuação do colonialismo, seguindo o pensamento de Catherine Walsh apontado pela autora Adams (2015).

com frequência, nem tem ideia da amplitude da produção material nas construções culturais ao longo da história.

Considerações

As práticas conservacionistas, de fato, prolongam a vida útil dos objetos tomados como patrimônio, mas a inexistência do diálogo entre aqueles que os produziram, aqueles que são herdeiros da história inserida no cotidiano dos objetos e os próprios objetos, tornam as ações de conservação práticas irrelevantes às pessoas interessadas em conhecer tal história. Tão irrelevante ao ponto de muitos não terem ideia do que está sendo abrigado nas instituições museológicas ou mesmo o que significa conservar tais bens.

É a compreensão de que, assim, como as narrativas contadas numa exposição museológica podem mudar, a função de um museu não é baseada apenas em expor objetos. Estas instituições devem desta forma, acompanhar as mudanças e os anseios da sociedade na qual estão inseridas e no tempo em que atuam, revendo suas práticas, principalmente, considerando as especificidades da comunidade que as rodeiam. A discussão precisa chegar ao momento de determinarmos como a permanência da existência garantida na conservação estabelecida dentro das reservas técnicas possibilitará a identificação daqueles que têm, nestes espaços, objetos que materializam a história dos seus antepassados que os ajuda a estabelecer laços identitários com o presente.

O contato com o passado segue apenas da existência da sua visibilidade no presente e, assim, na manutenção da memória para a perspectiva de estabelecimento da existência de um futuro. A renovação destes espaços possibilitará tornar visível o elo entre a sociedade e os objetos da sua cultura, sendo possível a manutenção e o firmamento das identidades de cada grupo, reavivando histórias esquecidas e trazendo à luz informações antes desconhecidas, que disponibilizam ferramentas para a criação de cidadãos críticos.

Espera-se, muitas vezes, que a sociedade entenda o valor do patrimônio salvaguardado por um museu, contudo, essa atribuição de valor, às vezes, não acontece pelo simples fato das pessoas não terem ciência da existência desses acervos. Sendo assim, é na reserva técnica que não só podemos tornar possível a permanência prolongada do objeto material, mas que podemos realizar o diálogo entre a informação produzida sobre o acervo e o público, sem deixar que as informações se

percam no tempo ou mesmo que estejam limitadas à academia ou aos funcionários e pesquisadores dos museus, buscando atender, com isso, as demandas de uma sociedade em constante processo de transformação cultural. Daí faz-se necessário analisar, de maneira global, mas, principalmente, nas perspectivas locais, como adequar às práticas museológicas que atendam as demandas requeridas nas mudanças de perspectivas da sociedade.

Tomamos aqui o Museu Paraense Emílio Goeldi como esse exemplo primeiramente pela vivência experienciada, mas, principalmente, pelo impacto nas dinâmicas cotidianas na cidade de Belém e pela existência de diferentes ações que visam à salvaguarda do patrimônio. Assim, este museu, como referência na Amazônia e com visibilidade nacional e internacional, dá um passo nas mudanças de atuação com o patrimônio musealizado, evidenciando a importância da atualização das práticas museológicas, inserindo a sociedade na dinâmica de salvaguarda do seu próprio patrimônio.

Relativo à reserva técnica visitável, é evidente que não podemos apresentar os resultados de tais ações para a instituição e para o público, considerando que os autores aqui não fazem parte diretamente da iniciativa e foi tomado, neste texto, apenas como exemplo ativo e possível de ação aos museus da região. Como um projeto em andamento pelo MPEG, espera-se que, diante das perspectivas de estudo e das discussões que podem ser geradas através dele, a ação proposta se torne um projeto referência para os demais espaços de memória da cidade, que impacte, cada vez mais, em uma prática decolonial pelos museus.

Referências

ABREU, Regina. Patrimonialisation des différences et nouveaux sujets de droit collectif au Brésil. In: *Mémoire et nouveaux patrimoines*, Open Edition Press, 2015. p.69-98.

ADAMS, Telmo. WALSH, Catherine (Ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p. In: *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 585-590, jul./dez. 2015. Disponível em: https://revistas.uepg.br/ojs_new/index.php/praxiseducativa. Acesso em: 22 nov. 2022.

BACHETTINI, Andréa Lacerda; SERRES, Juliana Conceição Primon; GASTAUD, Carla Rodrigues. As reservas técnicas dos museus e os objetos. *Anais*. 24º Encontro da ANPAP. Compartilhamentos na arte: redes e conexões. Santa Maria, RS. 22 a 26 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/encontros/anais/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. Traduzido por Rubens Rodrigues Torres Filho e José Martins Barbosa. Obras Escolhidas; v.II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DOMINGUES SILVA, Willian C. A construção do Patrimônio Cultural e sua relação com os Museus: uma análise introdutória. *Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo*, v.7, n. 10, p.39-53, abr.-mai.-jun./2010.

FONTANELLI, Silvana A. *Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária*. 2005.105p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005.

GONÇALVES, José R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, 2007. 256p.

GUARNIERI, Waldisa R. C. *Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação*. Rio de Janeiro: IBCP, 1990. p. 203-210.

_____. Methodology of museology and professional training. *Icofom Study Series*– ISS1, p. 114-125, 1983.

IZQUIERDO, Ivan. *Memórias*. *Estud. av.*, v.3, n.6, p.89-112, 1989. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a06.pdf>>. Acesso em: 16 Jan. 2021.

LIMA, Helena P.; BARRETO, Cristiana. Uma nova política para um antigo acervo: a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, p. 43-62, 2020.

MAROEVIC, Ivo. *Introduction to Museology: The European Approach*. München: Verlag, 1998.

MARQUEZ, Gabriel G. *La soledad de América Latina*. Conferência de Gabriel García Márquez en la Academia Sueca de la Lengua, con motivo de la obtención del Premio Nobel de Literatura 1982.

MESQUITA, S. Conservação preventiva e reservas técnicas: ainda um desafio para as instituições. In: SILVA, RRG. (Org). *Preservação documental: uma mensagem para o futuro* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 67-77. ISBN 978-85-232-1221-6.

MIRABILE, Antônio. A reserva técnica também é museu. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, n.1. Rio de Janeiro: ABRACOR, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10, p.7-28, São Paulo, dez.1993.

OLIVEIRA, M. M.; GRUZMAN, C. Refletindo sobre experiências de visitação às reservas técnicas de museus enquanto práticas educativas e comunicativas voltadas a públicos não especializados. In: 30º Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2019, Recife. *Anais... 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Associação Nacional de História, ANPUH-Brasil, 2019.

PADILHA, Renata C. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. *Coleção Estudos Museológicos*, v. 2, 2014.

POSSAS, Helga C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*, Belo Horizonte; Brasília: Argumentum, CNPq, 2005. p.151-162.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RAMOS, Rafaela N. Os objetos, suas características memoriais e documentais. *Anais... XI Encontro Estadual de História*, 2012. Rio Grande do Sul. p.923-930.

RIBEIRO, António P. Podemos descolonizar os museus? In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (Orgs.). *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*, Porto: Afrontamento, 2016. p.95-111.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. *Ubimuseum*, Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, v.1, n.1, p.45-52, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. *Remate de Males*, v. 26, n.1, Dôssie "Literatura como arte da memória", Campinas-SP, p. 31-45, Jan./Jun. 2006

SILVA, S. B. DA. Repensando objetos, arte e cultura material. *Horizontes Antropológicos*, p.7-11, 2011. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000200001>. Acesso em: 12 out. 2020.

SOARES, Bruno. Magia, musealidade e musealização: conhecimento local e construção de sentido no Opô Afonjá. *Revista Musear*, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 61-75, jun. 2012.

Data de recebimento: 02.05.2022

Data de aceite: 01.08.2022